



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE DOIS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 76, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiará Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. Também estiveram presentes a senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, o senhor Diego Fagundes Martins, responsável pelo Departamento de Administração e Finanças, o senhor Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, a senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva, o senhor Mario Nakatani Junior, Superintendente Fiscal, os senhores Carlos Eduardo Kukolj, Anderson Carpen Padovani e Márcio Aurélio Heimoski, responsáveis pelo Departamento de Orçamento, o senhor Claudinei Nogueira, responsável pelo Departamento de Contabilidade, e o senhor Jaderson Goulart Junior, chefe de gabinete da Secretária Municipal de Finanças. Seguem as Notas Taquigráficas: "Conforme Requerimento 054.00007.2022, aprovado na Sessão Plenária de 02 de maio de 2022, os horários destinados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão reservados à realização da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais do Legislativo e do Executivo, referente ao primeiro quadrimestre de 2022. Já está conosco o Secretário Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Finanças. Seja bem-vindo. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização desta Casa para assumir os trabalhos iniciando a audiência pública, sob a Presidência do Vereador Serginho do Posto. O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas do primeiro quadrimestre de 2022, de acordo com o que determina o Parágrafo 4º, do Art. 9º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência terá duração de duas



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE DOIS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 76, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. Também estiveram presentes a senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, o senhor Diego Fagundes Martins, responsável pelo Departamento de Administração e Finanças, o senhor Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, a senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva, o senhor Mario Nakatani Junior, Superintendente Fiscal, os senhores Carlos Eduardo Kukolj, Anderson Carpen Padovani e Márcio Aurélio Heimoski, responsáveis pelo Departamento de Orçamento, o senhor Claudinei Nogueira, responsável pelo Departamento de Contabilidade, e o senhor Jaderson Goulart Junior, chefe de gabinete da Secretária Municipal de Finanças. Seguem as Notas Taquigráficas: "Conforme Requerimento 054.00007.2022, aprovado na Sessão Plenária de 02 de maio de 2022, os horários destinados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão reservados à realização da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais do Legislativo e do Executivo, referente ao primeiro quadrimestre de 2022. Já está conosco o Secretário Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Finanças. Seja bem-vindo. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização desta Casa para assumir os trabalhos iniciando a audiência pública, sob a Presidência do Vereador Serginho do Posto. O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas do primeiro quadrimestre de 2022, de acordo com o que determina o Parágrafo 4º, do Art. 9º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência terá duração de duas

horas; estamos iniciando às 9h47min. E, desde já, agradeço a participação das autoridades representantes que estão presentes, também aos Vereadores, em especial ao Presidente Tico Kuzma, que concedeu esse espaço para que realizássemos essa reunião. A Comissão de Economia e Finanças é composta por nove membros: eu, que presido a Comissão e esta Sessão; temos a Vereadora Indiara Barbosa como Vice-Presidente; e os demais membros, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes e Tito Zeglin. Nós faremos em duas partes essa audiência. Nesse primeiro momento, vamos abrir a palavra para a explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela diretoria contábil e financeira, quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo. Depois, nós abriremos a palavra aos participantes que queiram fazer questionamentos e sugestões à Sra. Aline. Na sequência, faremos a apresentação do Executivo Municipal, hoje representado pelo Sr. Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Finanças, que estará apresentando os relatórios. Já está presente conosco, ele e a equipe da Secretaria de Finanças. Eu passo, de imediato, a palavra para a apresentação da Sra. Aline Bogo.

A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Serginho do Posto, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, estendo também meus cumprimentos aos demais Vereadores da Casa, aos servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba que estão aqui hoje, também aos servidores da Câmara e a todos que acompanham essa audiência. Como o Presidente da Comissão falou, essa audiência tem o objetivo de demonstrar e avaliar as metas fiscais do Poder Legislativo e do Poder Executivo do primeiro quadrimestre do exercício de 2022, cumprindo, assim, o que determina tanto a Lei Orgânica do Município de Curitiba, como também a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para 2022, o nosso orçamento é calculado com base num artigo da Constituição Federal, que diz que o Poder Legislativo pode ter um orçamento de até 4,5% das receitas de impostos e das transferências constitucionais do exercício anterior. Fazendo esse cálculo, então, o orçamento para 2022 poderia ser de até duzentos e sessenta e dois milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais. Isso daria os 4,5% que são permitidos. No entanto, o orçamento aprovado, fixado pela Lei 15.940, do exercício de 2021, fixou um orçamento num percentual de 2,64%, que representam cento e cinquenta e três milhões setecentos e vinte e oito mil. Desse orçamento, já foram repassados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, pelas interferências financeiras mensais, o valor correspondente a cinquenta e um milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e sessenta. E foi executado, empenhado até o quadrimestre, nesses quatro primeiros meses do ano, um total de cinquenta e três milhões trezentos e oito mil trezentos e vinte e nove e oitenta e sete centavos. Esse valor representa, então, 34,68% do valor orçado. Ele representa um pouco mais de um terço do orçamento, que seria um dos três quadrimestres, mas esse motivo também é porque, no início do exercício, são empenhados diversos contratos, cujo empenho se estende até o final do exercício. Nós empenhamos também, nesse primeiro quadrimestre, a primeira parcela do 13º salário de servidores e Vereadores. Em relação ao que foi repassado do Poder Legislativo para o Poder Executivo nesse primeiro quadrimestre, nós temos, então, as receitas com rendimento de aplicações financeiras. Todo o valor que a Câmara recebe como interferência, ela mantém aplicado em duas contas, uma do Banco do Brasil e uma da Caixa Econômica Federal, e, conforme os valores vão rendendo, esse valor volta para o Município para que seja dado entrada como receita patrimonial; e de janeiro a abril, então, nós tivemos um rendimento de trezentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e oito reais. Tivemos, também, um valor cancelado de restos a pagar, num total de quatrocentos e sessenta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais, referente ao primeiro quadrimestre, esses cancelamentos referentes a contratos que não foram executados na sua totalidade, alguns contratos são valores estimativos, então, ocorreram cancelamentos de restos do exercício de 2021 e anteriores, que foi no início de maio agora, revertido ao Poder Executivo. Tivemos, ainda, um residual de inscrições do concurso, inscrições inválidas, que nós estávamos esperando finalizar o concurso para devolver ao Poder Executivo. O

valor total das inscrições tinha sido repassado em 2019, e esse valor residual nós estávamos aguardando finalizar o concurso para, então, repassar ao Poder Executivo o valor de mil e cinquenta reais. Então, nós tivemos um total repassado, no primeiro quadrimestre, à Prefeitura de Curitiba, de oitocentos e vinte e sete mil novecentos e oitenta e quatro reais. Nosso orçamento é formado por três grandes grupos. O primeiro grupo são despesas de pessoal e obrigações patronais. Então, do valor orçado, de cento e cinquenta e três milhões setecentos e vinte e oito mil, cento e treze milhões oitocentos e quarenta reais foi orçado em despesa de pessoal. Desse valor, foi executado, no primeiro quadrimestre, trinta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil. Do total empenhado, de cinquenta e três milhões trezentos e oito mil, trinta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil foram com despesa de pessoal e obrigações patronais, que representam 67% do valor empenhado. Então, do total empenhado nos quatro meses, 67,28% são com o grupo pessoal e encargos sociais. Tivemos, então, vinte e nove milhões trinta e oito mil com vencimentos e vantagens fixas; seis milhões cento e sessenta e sete mil com obrigações patronais; seiscentos e cinquenta e nove mil oitocentos e dez com indenizações. No próximo slide, temos um valor de vencimentos e vantagens fixas divididos ali entre vencimentos efetivos, comissionados e subsídios. Então, **(K)** os vencimentos e vantagens fixas de pessoal efetivo representam doze milhões setecentos e oitenta mil; gasto com subsídios, dois milhões oitocentos e oitenta e dois mil; e vencimentos comissionados, treze milhões trezentos e setenta e cinco mil setecentos e trinta e nove. O restante são os seis milhões cento e sessenta e sete com obrigações patronais; e as indenizações, conforme eu já tinha falado, seiscentos e cinquenta e nove mil oitocentos e dez; totalizando o valor gasto com despesa de pessoal e encargos sociais, trinta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil oitocentos e trinta e dois. No próximo gráfico, temos uma representação de como está dividida essa despesa. Aqui nós diluimos as obrigações patronais também entre esses três grupos, efetivos, comissionados e subsídios, tendo, então, a parte em azul, 46% com gastos com servidores efetivos, nesses gastos estão inclusas as indenizações; 44,22% com servidores comissionados; e 9,54% com subsídios de Vereadores. O segundo grupo que nós trazemos são as outras despesas correntes. Nós temos as despesas correntes e as despesas de capital, que são os investimentos. Nas despesas correntes, nós temos a despesa de pessoal e temos as outras despesas. Do valor total orçado para o Poder Legislativo, de cento e cinquenta e três milhões setecentos e vinte e oito mil, foi orçado com outras despesas correntes trinta e quatro milhões trezentos e oitenta e oito mil. Foi empenhado no exercício, nesses quatro primeiros meses, dezesseis milhões oitocentos e trinta e três mil, então, com outras despesas correntes, que representam 31,58% do total empenhado no quadrimestre. Essas despesas estão assim distribuídas: temos empenhado com benefícios assistenciais, que são os auxílios saúde, auxílio creche, auxílio funeral, um total de setecentos e noventa e dois mil quatrocentos e setenta e sete; empenhado com material de consumo, seiscentos e oitenta mil cento e vinte e nove; serviços de locação de mão de obra, serviços terceirizados, principalmente de limpeza e vigilância, um total de um milhão oitocentos e setenta mil duzentos e noventa e cinco; valor empenhado com contratos que representam serviços de tecnologia da informação e comunicação, um total de quatro milhões oitocentos e vinte e sete mil trezentos e vinte e um; outros serviços de terceiros, que são outros contratos de serviços que não os de tecnologia, cinco milhões cento e quatorze mil duzentos e cinquenta e cinco. Temos o valor empenhado com o aporte que é feito ao Instituto de Previdência, para o equacionamento da dívida, de três milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil; e outras despesas correntes, sessenta e quatro mil e oitocentos. Esse é o valor empenhado no quadrimestre, lembrando que muitos empenhos representam o valor que são para contratos até o final do ano, até o final do exercício. Nós temos ainda o terceiro grupo, que são os investimentos, as despesas de capital, com um valor empenhado de seiscentos e oito mil seiscentos e quarenta e três e trinta e nove, onde o valor orçado para o exercício é de cinco milhões e quinhentos. Temos gastos com

aquisição de equipamento, material permanente, mobiliário, quatrocentos e vinte e sete mil setecentos e quatro; e gasto com obras e instalações, cento e oitenta mil novecentos e trinta e oito. O valor empenhado, então, representa 1,14% do total empenhado no quadrimestre. Nesse primeiro quadrimestre não ocorreram despesas de viagens, nem despesas com pagamento de diárias, por esse motivo não trago nenhum valor nesse slide. No próximo slide, temos a posição dos empenhos de restos a pagar, empenhos que vêm de outros exercícios. Foi inscrito, ao início de 2022, um total de cinco milhões novecentos e sessenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois em restos a pagar, sendo que quatro milhões quatrocentos e oitenta e três mil vêm do exercício de 2021, e um milhão quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e noventa e nove de outros exercícios. Já foram pagos, nesse primeiro quadrimestre, dois milhões oitocentos e dez novecentos e vinte e três; foram cancelados quatrocentos e sessenta e nove mil oitocentos e setenta e seis, valor que foi repassado à Prefeitura Municipal de Curitiba; e nós temos ainda a pagar, dois milhões seiscentos e oitenta e um mil oitocentos e sessenta e dois, de restos a pagar. Para que tenhamos uma ideia melhor dos gastos do primeiro quadrimestre, já que a despesa empenhada às vezes não representa totalmente o gasto, então eu trouxe, para os principais contratos da Câmara, o valor liquidado no quadrimestre, para poder assim cumprir o que determina a Lei Orgânica, quando fala da apresentação do Poder Legislativo. Nós temos os principais contratos com serviços de terceiros na área de tecnologia da informação e comunicação. Contrato com a Serpro, de computação em nuvem, foi liquidado noventa mil duzentos e cinquenta e dois; temos um contrato de comunicação VoIP dos aparelhos usados para telefonia, de oitenta e nove mil, liquidados no quadrimestre; dois links de internet, cujo gasto total no primeiro quadrimestre foi de noventa e dois mil trezentos e vinte e nove; gasto com licença de software, e aqui nós temos os softwares tanto da parte administrativa, toda a parte de gestão pública, contabilidade, patrimônio, almoxarifado, frotas, folha de pagamento e também o software usado no sistema de votação do Plenário, total no quadrimestre de cuidado de manutenção para essas licenças, cento e oitenta e um mil quinhentos e dezenove; locação de computadores, computadores desktop e também notebooks, trezentos e oitenta e seis mil setecentos e noventa e cinco; locação de impressoras, quarenta e cinco mil novecentos e noventa e cinco; um contrato com os pontos de acesso da rede sem fio, trinta e seis mil trezentos e trinta e quatro; e um serviço de e-mail, quarenta e seis mil duzentos e quarenta e sete. Em relação aos contratos de outros serviços de terceiros, nós temos um contrato que administra os cartões de combustível, liquidado oitenta e oito mil trezentos e dezessete, no quadrimestre; um contrato na área de comunicação de clipping jornalístico, trinta e três mil trezentos e trinta e dois; valor gasto com energia elétrica, cento e cinquenta e um mil e dezenove; com estagiários, trezentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e um; locação de veículos, duzentos e dezenove mil seiscentos e sessenta e dois; um contrato de manutenção predial, quatrocentos e setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e seis; dois contratos que cuidam da manutenção do sistema de ar-condicionado, tanto o sistema VRV, ar condicionado central, quanto também os splits, oitenta e um mil trezentos e trinta e nove; contrato com operadores de áudio e vídeo, sessenta e seis mil duzentos e setenta e cinco; tradução libras, cinquenta e sete mil e vinte e quatro; teleatendimento na nossa central telefônica, sessenta mil cento e noventa e cinco; um novo contrato com os serviços de Medicina do Trabalho, cento e vinte e dois mil; e serviços gráficos, quarenta e dois mil duzentos e sessenta. Nós temos ainda, de contratos liquidados, os contratos com locação de mão de obra. Valor liquidado com gasto do apoio administrativo, que são os encarregados e uma secretária, trinta e seis mil quinhentos e onze; copa e cozinha, sessenta e quatro mil oitocentos e noventa e nove; serviços de limpeza, trezentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e três; e vigilância, seiscentos e noventa e dois mil duzentos e quarenta e um, valor liquidado então no quadrimestre. Em relação as nossas metas, aos nossos índices, as nossas limitações no que diz respeito à despesa de pessoal. Nós temos um limite onde a Câmara, o Poder Legislativo só pode gastar 70% da sua receita

com folha de pagamento. Entende o Tribunal de Contas que essa receita se refere então àqueles 4,5% de que a Câmara teria direito, em relação às receitas de impostos e transferências. Então, seria 70% de duzentos e sessenta e dois milhões trezentos e sessenta e dois mil. Isso representa um total de cento e oitenta e três milhões seiscentos e cinquenta e três. Nós gastamos, no primeiro quadrimestre, com folha de pagamento, que daí aqui é despesa de pessoal, excluindo as obrigações patronais, um gasto de vinte e nove milhões seiscentos e noventa e sete mil, atingindo um percentual de 11,32% no primeiro quadrimestre. Esse percentual vai se somar aos outros percentuais dos outros quadrimestres, mas nós não chegaremos a 70%, chegaremos no máximo a 40% desse limitador. Nós temos ainda o limite que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que, da receita corrente líquida do Município, 6% somente pode ser gasto com a despesa de pessoal do Poder Legislativo, e 54% com despesa de pessoal do Poder Executivo. Em relação à nossa despesa de pessoal, aqui então tratamos da despesa liquidada e não a despesa empenhada, a despesa liquidada nos últimos doze meses. Então, esse índice leva em consideração uma receita e uma despesa móvel. E nós estamos tratando aqui de dados de maio de 2021 até abril de 2022. Nós temos uma despesa bruta com pessoal de cento e setenta e quatro milhões quatrocentos e dez mil oitocentos e cinquenta e cinco. Nessa despesa está incluída a despesa que o Instituto de Previdência tem com pagamentos de aposentados e inativos do Poder Legislativo. Então, nós temos: pessoal ativo, cento e um milhões setecentos e trinta e um mil; e pessoal inativo, setenta e dois milhões seiscentos e setenta e nove mil, que compõem então a despesa bruta de pessoal. Para calcular o índice, nós temos as despesas que não são computadas nesse índice, que seriam as indenizações, num total de dois milhões quinhentos e nove; e também a despesa com inativos e pensionistas, quando ela é uma despesa vinculada, como é o caso do nosso Instituto de Previdência, que é paga como despesa vinculada ao Instituto. Então, nós não computamos a despesa para o cálculo da LRF. Tendo então uma despesa líquida com pessoal de noventa e nove milhões duzentos e vinte e dois mil seiscentos e trinta e dois, dos últimos doze meses. Em relação à receita corrente líquida calculada pela diretoria contábil da Prefeitura Municipal de Curitiba, temos uma receita corrente líquida de nove bilhões zero vinte e oito milhões; temos as deduções para que seja feito ajuste dessa receita; e uma receita corrente líquida ajustada de oito bilhões setecentos e dezessete milhões novecentos e setenta e sete mil. Então, pegando a despesa do Poder Legislativo liquidada, dos últimos doze meses, em comparação com essa receita que é do Município, nós atingimos um percentual de 1,14%, onde o limite máximo seria de 6% e o limite de alerta de 5,4%. No próximo gráfico, a pedido do Presidente da Comissão de Economia na audiência anterior, eu trouxe um histórico da despesa da Câmara Municipal de Curitiba dos últimos cinco anos. Na verdade, é um histórico do comportamento do primeiro quadrimestre. É uma despesa que nós temos que considerar o seguinte: a despesa de pessoal é uma despesa que é mais justa de comparação, porque praticamente a despesa empenhada no quadrimestre é a despesa liquidada. Então, como se comportou a despesa de pessoal nesses últimos seis anos? Nós vimos com uma despesa bem estável de pessoal, pouco aumento durante esses primeiros anos, que vocês podem ver ali, 2017, 2018, 2019. Em 2020, nós tivemos o ingresso de alguns servidores. Em 2020 e 2022, nós temos que considerar também que a primeira parcela do décimo terceiro está computada no primeiro quadrimestre, diferente dos outros exercícios. Em 2022, nós tivemos um acréscimo, que foi o reajuste que aconteceu logo no primeiro mês do exercício, em janeiro de 2022, e também tem a despesa de décimo terceiro salário. Em relação às outras despesas correntes, temos ali uma despesa que vem crescendo, justamente porque essa é uma despesa nominal, (V) e os valores que eu trago aqui são os valores nominais, e geralmente os contratos têm reajuste todo ano, então eles seguem os índices, as empresas contratadas apresentam a proposta de reajuste pelo IGPM todo ano. Portanto, essa despesa está crescendo, mas ela não cresce proporcional ao que seria uma despesa real, se considerássemos o reajuste dessas despesas. Em relação à

despesa total, temos ali, em 2017, um valor de trinta e seis milhões oitocentos e quatorze mil; 2018, trinta e seis milhões seiscentos e noventa e nove mil; 2019, quarenta milhões quatrocentos e sessenta e oito mil; 2020, quarenta e cinco milhões quinhentos e sessenta e oito mil; 2021, quarenta e seis milhões quatrocentos e quarenta e sete mil. Em relação também ao primeiro quadrimestre, uma coisa importante que acontece é que, muitas vezes, o primeiro quadrimestre empenha uma despesa estimada que não é executada em sua totalidade durante o exercício. Temos, por exemplo, o que aconteceu em 2019, em dezembro, onde anulamos praticamente três milhões só de despesas que foram empenhadas no primeiro quadrimestre. Mas aqui essa despesa anulada não consta porque aqui eu trouxe só o que aconteceu no primeiro quadrimestre. No próximo slide, então, tem um gráfico que representa os números que eu trouxe no slide anterior. Vemos ali a despesa em vermelho, que é a despesa de pessoal, que é uma despesa que é bem estável. Tanto é que os nossos índices caem, a cada quadrimestre eles têm diminuído, uma despesa bem estável. E a despesa total, em azul, tem crescido proporcionalmente ao que cresce a inflação, aos reajustes. No último slide, então, eu trouxe um comparativo dos nossos índices, nos últimos cinco anos, em relação ao primeiro quadrimestre. No primeiro quadrimestre de 2018, tínhamos um índice para a LRF de 1,48%, e agora temos um índice de 1,14%. Como a despesa de pessoal não cresce na mesma proporção que a receita, esse índice vem caindo. Em relação ao limitador de 70%, também vemos que vem diminuindo esse percentual. No primeiro quadrimestre de 2022, ele ficou maior do que no primeiro quadrimestre de 2021. Essa diferença entre o índice da LRF e o índice da emenda constitucional se dá porque eles são calculados de forma diferente. Então, o índice da LRF é calculado com base nos últimos doze meses, e esse outro índice é calculado só com base nos quatro primeiros meses do exercício de 2022. Então, esse índice da emenda constitucional já está considerando o reajuste que aconteceu em janeiro, enquanto o outro índice ainda está diluído nos últimos doze meses. Sendo assim, encerro então a minha apresentação, agradecendo a atenção de todos e me colocando à disposição para as perguntas. (Palmas). O SR. PRESIDENTE:- Convido a Sra. Aline para que componha a Mesa, e já abro as perguntas aos Vereadores que desejam questionar em relação à apresentação desse relatório. Temos Vereadores inscritos? (Pausa). Pergunto aos Vereadores da Comissão. (Pausa). Não temos inscritos. A Vereadora Noemia Rocha não está presente. Quero agradecer à Sra. Aline Bogo pela explanação, pela sua apresentação do primeiro quadrimestre deste Legislativo, e também, em tempo, agradecer a presença da Diretora Geral Jussana Marques, que está conosco. Nesse momento, vamos fazer uma nova composição da Mesa, convidando o Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal, Cristiano Hotz, para que faça a sua apresentação, juntamente com a sua equipe. (É composta a nova Mesa). O SR. PRESIDENTE:- Então, estamos abrindo agora a segunda parte da nossa audiência pública. Estão presentes, juntamente com o Secretário Cristiano Hotz, a Superintendente Executiva Daniele Regina dos Santos, o Sr. Mario Nakatani Junior, o Carlos Eduardo Kukolj, o Claudinei Nogueira, também o Anderson Padovani e o Márcio Heimowski. Agradecemos a presença da equipe da Secretaria de Finanças. Manteremos o mesmo roteiro, sendo que o Secretário fará a sua apresentação, e na sequência abriremos às perguntas dos Vereadores e da população que queira participar, através do e-mail, enviando seus questionamentos para o e-mail comissao.economia@cmc.pr.gov.br. Estará demonstrado na tela o endereço do e-mail para aqueles que desejam participar online. Então, de imediato, concedo a palavra ao Secretário Cristiano Hotz, para que faça a apresentação do quadrimestre do Executivo Municipal. O SR. CRISTIANO HÖTZ:- Bom dia a todos. Sr. Presidente Serginho, Vereadores Indiara Barbosa, Tito Zeglin e Professora Josete. Vou ali para o púlpito, Sr. Presidente, porque dali eu consigo fazer a passagem da apresentação. Mais uma vez, Sr. Presidente, demais Vereadores presentes, antes de mais nada, queria trazer um abraço do Sr. Prefeito a V.Exa., Sr. Presidente, e aos membros da Comissão. Quero agradecer à Dani, que é a minha Superintendente Executiva, de execução; ao Mario, o Superintendente

Fiscal; ao Carlos, que é do nosso Departamento de Orçamento; ao Claudinei, que faz a nossa contabilidade, que cuida da nossa contabilidade; ao Jaderson, que trabalha comigo diretamente no gabinete; ao Anderson, que é da Diretoria de Captação; e ao Márcio, que também trabalha no orçamento. Mais uma vez, gostaria de reforçar que, sem essa equipe, não haveria Secretaria de Finanças. Então, quero colocar, deixar bastante claro isso, Sr. Presidente, que o Secretário tem o condão de conduzir, mas aos nossos valorosos funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba, que são muito estudiosos, devem ser rendidas as homenagens sempre, porque são eles que realmente conduzem essa grande máquina que é a Secretaria, e o Município de Curitiba. Então, mais uma vez, quero agradecer, em nome deles aqui presentes e já citados, todos os que compõem a Secretaria de Finanças e demais Secretarias do Município. Sr. Presidente, antes de adentrar na apresentação do primeiro quadrimestre, gostaria de dizer também que o Prefeito Rafael Greca nos deu uma nova missão, que é uma economia positiva. Graças a Deus e aos bons médicos, e aos trabalhos valorosos da nossa Secretaria de Saúde, a pandemia já tem um estado mais recrudescido, e assim esperamos dar a sequência nos nossos dias. É certo que esse ciclo vem e vai, como acontece no mundo todo, e isso pode acontecer no nosso Município também, não somos imunes. Diante dessa recomendação do Prefeito Rafael Greca, tivemos um primeiro quadrimestre bastante profícuo na injeção de dinheiro diretamente ao público, à economia da Capital. Um exemplo disso é que adiantamos o precatório, o pagamento do precatório do Município de Curitiba, que é de sessenta milhões. Injetamos, no primeiro quadrimestre, sessenta milhões na economia curitibana, isso dentro da recomendação do Prefeito Rafael Greca, da economia positiva. Com essa injeção, com esse movimento de pagar antecipadamente os precatórios, teremos uma economia, até o final do ano, de dez milhões de reais, por conta de juros. Então, esse movimento injetou dinheiro na economia e nos assegurou uma economia para o Município, para investimentos futuros. Também tivemos o pagamento, no primeiro quadrimestre, Sr. Presidente, da primeira parcela do décimo terceiro, com grandes números, aproximadamente cento e cinquenta milhões de reais injetados diretamente na economia de Curitiba. Também tivemos uma dívida que já era bastante antiga, que é a licença-prêmio dos aposentados, que também fizemos o pagamento antecipado no primeiro quadrimestre, de aproximadamente setenta milhões. Isso gerou um investimento direto do Município de Curitiba, uma colocação direta de aproximadamente, grandes números, trezentos milhões de reais, no primeiro quadrimestre, na economia. Então, em atendimento à legislação, vamos dar início à apresentação do primeiro quadrimestre, comparado ao primeiro quadrimestre de 2021. Trago aqui, sempre valores presentes, a receita do Município, sempre comparada com o primeiro quadrimestre de 2021 e 2022. É importante que eu ressalte aqui a inflação, que, no primeiro quadrimestre de 2021, era de 6,75%; a inflação do primeiro quadrimestre de 2022 está em 12,13%. Isso traz um impacto bastante significativo nos nossos valores a serem apresentados. Então, temos receita total, as receitas correntes têm um delta negativo de 0,28%, de três bilhões seiscentos e dois; receitas de capital, um delta de variação positiva, 14,79%; receitas intraorçamentárias, quatrocentos e sessenta e um milhões cento e cinquenta e seis, um delta positivo de 34,74%. As nossas receitas, comparadas ao primeiro quadrimestre, três bilhões seiscentos e setenta e um novecentos e vinte e sete, um delta negativo de 0,03%. Pensando na inflação que tivemos lá e cá, é um número significativo. Também entra aqui, nessa variação de receita, Sr. Presidente, a questão que no primeiro quadrimestre do ano de 2021 tivemos o ingresso do Refic. Então, teve um aporte significativo de valores, e não tivemos neste ano. Já adianto aqui que não há previsão de Refic para este ano, nem para o próximo ano. Não há essa previsão dentro do Município. As receitas realizadas em 2022, em comparação também ao início do ano, receita total, 40,1%; receitas correntes, 41,6%; receitas de capital, 14,7%; **(I)** receitas intraorçamentárias, 39,1%; e receitas, exceto as intraorçamentárias, 40,2%. A evolução da receita no Município, tivemos aí um bilhão e sessenta e um. A taxa teve um decréscimo, um delta negativo de

10,3%. O IRRF, um delta positivo de 2,6%. O ITBI, que é uma representação do que vem acontecendo no mercado econômico de imóveis, mostra uma baixa de 18,3%. Como eu disse na apresentação do último quadrimestre do ano de 2021, ou seja, na primeira apresentação à Câmara desse ano, tivemos, durante a pandemia, um grande volume de negociação de imóveis, que isso agora demonstra que ele tem baixado. Então, nós temos, no ISS, um delta, sempre lembrando da inflação, tá?, no ISS, nós temos um delta negativo de 3,64%; no IPTU, um delta negativo de 9,97%. Evolução do ISS em 2022: o nominal, 8,5%, e o real, tivemos um delta negativo de 3,64%. Consideramos aqui também a receita do Refic, que não tivemos esse ano, e também a dívida ativa. A evolução do ISS histórico, temos ali desde 2017, sempre comparado ao primeiro quadrimestre, quatrocentos e trinta e sete, em 2017. Daí ele tem uma evolução. Em 2020, pré-pandemia, tivemos ali um delta negativo de quinhentos e treze, uma queda, e uma evolução em 2021. E agora, comparado, sempre destacando a inflação, quinhentos e noventa e seis ponto quatro. A evolução do IPTU, um delta nominal positivo de 0,96%, e um delta negativo de 9,97%. A evolução histórica do IPTU, desde 2017, aí demonstrado, Sr. Presidente e demais Vereadores, agora para o primeiro quadrimestre de 2022 temos uma variação negativa, uma queda, comparada ao primeiro quadrimestre de 2021, para seiscentos e cinco ponto quatro. Mas a nossa arrecadação tem se mostrado uma constante dentro da média dos últimos anos, Sr. Presidente. Então, temos acompanhado isso semanalmente, e isso tem demonstrado uma evolução. Ainda mais com a implantação do carnê eletrônico, agora não mandamos mais o carnê físico para a população, isso tem dado um grande número de pagamentos, demonstrando que a população entendeu que os serviços estão à disposição na internet, e também ressaltando que o IPTU pode ser pago via PIX, diretamente do computador. Ou seja, você não imprime mais, você não gasta mais o papel. Isso teve uma evolução muito boa, com a redução de gastos também dentro do Município. Então, o cidadão não precisa mais, sequer, imprimir o papel, ele entra no site da Prefeitura, acessa, lá tem um QR Code, ele aponta diretamente o celular para o QR Code e já faz o pagamento sem a impressão. Ou seja, ele também não gasta o papel para fazer o pagamento. Evolução histórica do ITBI: a nominal é de -8,38%, a real de -18,3%, que é o que eu já disse no início, com a queda da negociação de imóveis no Município de Curitiba, e é geral também em todo o Brasil. Esse gráfico mostra a evolução histórica do ITBI, que demonstra claramente o período que estamos vivendo, que em 2021, no período pandêmico, tivemos um grande volume de negociação de imóveis. Sr. Presidente, eles só vão fazer a troca do arquivo, para que não apareça mais desconfigurado para a nossa apresentação. A tecnologia nos ajuda e também nos prega peças. (Pausa). É uma questão de tecnologia. Peço perdão, Sr. Presidente. Mas é uma questão tecnológica, isso nos pegou desprevenidos nessa questão. Transferências da receita da União, o slide 13. As transferências da União. Como já disse lá na primeira apresentação desse ano, referente ao fechamento, com a diminuição da pandemia, graças a Deus, reforço mais uma vez, e à inteligência do ser humano que conseguiu a vacina, os repasses do SUS vêm diminuindo, e o FPM se mantém dentro de uma normalidade. Também, nos convênios e auxílios, o FNDE tem uma constância. Teve ali o convênio geral, um pico grande em 2020, e aí uma queda agora em 2021 e 2022. O FNAS também tem uma constância. As receitas de transferências do Estado. Temos o ICMS, comparado ao primeiro quadrimestre, com seiscentos e oitenta e um em 2022, e setecentos e sessenta e sete no ano de 2021. O IPVA demonstra ali um aumento de quinhentos e quatro. E esse aumento está bastante refletido, Sr. Presidente, por conta do aumento dos veículos, principalmente dos veículos usados, porque teve um aumento muito significativo no mercado brasileiro a Tabela FIPE. O IPVA é com base na Tabela FIPE dos veículos, o que demonstra ali um aumento bastante acentuado da arrecadação do IPVA, ou do repasse do Estado, do IPVA, para o primeiro quadrimestre. Também nas receitas de transferências do Estado, esse outro gráfico demonstra que, nos programas de saúde, agora, para o primeiro quadrimestre, tivemos uma queda; nos convênios, um aumento de 67%, e aqui já

dentro também o convênio do transporte coletivo, que foi firmado e já repassada uma primeira parcela dentro do primeiro quadrimestre. E também o IPI de exportação se mantém dentro de um padrão. Receitas de transferências: temos o geral com um delta positivo de 7,56%, sempre comparado ao primeiro quadrimestre de 2021; o IPVA, com um delta positivo de 20,6%; o SUS, um negativo de 6,95%; o Fundeb, um positivo de 16,89%; o ICMS, como já demonstrado ali, um delta negativo de -0,45%; o FPM, de 17,67%; o FNDE, temos um delta positivo de 1,43%; outras transferências correntes, um delta negativo de -31,62%; outras transferências de capital, um positivo de 655%, porque aqui também entram aquelas questões de obras que vão ser executadas e houve uma transferência dos financiamentos; convênio de capital, 573%, que também se reflete a isso; convênios correntes, não se aplica, porque não tivemos no primeiro quadrimestre. Agora, apresentadas as receitas, vamos passar para o cenário das despesas, que sempre o primeiro quadrimestre tem um impacto bastante reduzido com os demais, mas a expectativa é que se cumpra o orçamento dentro do ano, e vamos ter essas demonstrações futuras. Então, nas despesas correntes, temos um delta negativo de 8,49%; nas despesas de capital, uma variação positiva de 119,26%; e nas despesas intraorçamentárias, de 35,75%. No geral, tivemos uma variação negativa de 1,17%. Essas despesas de capital, como já dito, é devido à execução de obras financiadas com os empréstimos, demos início a essas questões, e também à queda das despesas correntes, que diminuem o gasto de consumo. É importante ressaltarmos isso. E o aumento com as despesas de capital tem um bom reflexo porque demonstra o investimento com a infraestrutura do Município. Despesas realizadas: despesa total de 31,3%; despesas correntes, 31,4%; despesas de capital, 26,7%; despesas intraorçamentárias, 36,8%; e as despesas, exceto as intraorçamentárias, 36,6%. Ou seja, caminhamos a bons passos para o cumprimento do orçamento. Despesas correntes: os juros e encargos da dívida, 38,8%, que damos início ao pagamento de alguns empréstimos; despesas de pessoal, temos 2,46%; e outras despesas correntes, temos uma variação negativa de 10,69%. Despesas de capital, também temos uma variação de 555%, como eu já havia dito lá atrás; amortização da dívida, uma despesa, um delta positivo de 88,02%, que demonstra o início de alguns pagamentos; e os investimentos, de 108,2%, referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2021. As metas e limites demonstram que estamos com um cenário bastante confortável dentro dessa previsão e dentro do estabelecimento dos limites legais. Então, temos ali a previsão da LDO no ano: resultado primário, uma previsão de cento e trinta e sete, realizado, no primeiro quadrimestre, quinhentos e noventa e cinco; resultado nominal, previsão de cento e oito, realizado, no primeiro quadrimestre, novecentos e quinze. As receitas correntes, um total de nove bilhões e vinte e oito milhões; uma variação positiva de 1,30%, sempre comparado ao primeiro quadrimestre de 2021. Metas e limites, também limites e a dívida consolidada do Município. Nós temos uma dívida consolidada de um trezentos e quarenta, e uma dívida consolidada líquida de dois novecentos e quarenta. Lembrando que o máximo é de cento e vinte, e o alerta é de cento e oito. Nós estamos numa posição bastante confortável de 35,59%. O perfil da dívida não se alterou, Sr. Presidente e demais Vereadores, (A) do que foi apresentado no início do ano. Nós temos ali BID e AFD; o NDB estamos concluindo agora, que é do novo BRIC, estamos concluindo o empréstimo e vamos fazer o aporte desse valor agora no segundo quadrimestre, no Município de Curitiba, para podermos dar início às obras. Então, é basicamente o que foi apresentado no início do ano. O perfil da dívida interna é basicamente a Caixa Econômica; o RPPS, trezentos e vinte e três milhões e cem mil reais; a Licença-Prêmio, noventa e dois milhões e novecentos mil reais; Receita Federal ou Pasep, oitenta e quatro milhões e seiscentos mil reais; Banco do Brasil, quarenta e quatro milhões e setecentos mil reais; Agência de Fomento, vinte e quatro milhões e trezentos mil reais. Esses valores estão demonstrados ali e afixados, e o relatório V.Exas. têm esses números. Dentro também do limites e metas, com as garantias, nós estamos com um valor bastante confortável, nós temos as garantias concedidas em duzentos e trinta e nove mil

oitocentos e sessenta e cinco, o máximo seria de 22%, o alerta seria 19,8%, e estamos atualmente num confortável número de 2,66%. Limites com operações de créditos, também se demonstra dentro de uma normalidade. Nós temos as externas, que seria 16%; o limite de antecipação de receita, 7%; e nós estamos num confortável 0,39%. O limite das despesas com pessoal. Ainda que tenhamos dado, Sr. Presidente, o aumento de 3,14%, depois mais um outro aumento de 10,6%, nós temos ali o máximo do Município que seria de 54%, o prudencial de 51%, e ainda, com o aumento, nós temos esse percentual de 38,87%, que é um limite que demonstra o respeito à legislação por parte do Prefeito Rafael Greca, assim determinando a nós, Secretários. O limite de metas, também do serviço de publicidade e propaganda, está dentro do máximo permitido, que seria de 0,60%, o primeiro quadrimestre é 0,07%. Aqui, Sr. Presidente, já caminho para o fim. O índice de Saúde, nós temos a exigência constitucional de 15%, estamos executando 17,54%. A receita realizada é de dois milhões quatrocentos e sessenta e um mil reais; a empenhada de quatrocentos e trinta e um mil reais; e a liquidada de quatrocentos e vinte mil reais. Eles se acompanham ali, têm um número bastante perto. O da Educação é 25%, esse índice de 18% se demonstra porque, no início do ano, as nossas escolas têm um retardo, então, os gastos, no primeiro quadrimestre, demonstram-se um pouco mais lentos do que nos quadrimestres posteriores. Mas vamos chegar ao final do ano com absoluta certeza de atingimento desse índice constitucional. Sr. Presidente, eram esses os números que eu tinha a apresentar. Estou à disposição de V.Exa. e dos demais Vereadores para questionamentos. (Palmas). O SR. PRESIDENTE:- Nós agradecemos a apresentação pelo Secretário de Finanças Cristiano Hotz, e o convidamos para compor a Mesa. Abriremos aos questionamentos dos Vereadores inscritos. No primeiro momento, pergunto aos membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização se há perguntas ou indagações para fazerem ao Secretário. (Pausa). Com a palavra a Vereadora Indira Barbosa. A Sra. Indira Barbosa:- Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Cumprimento o Secretário e toda a sua equipe da Secretaria de Finanças pela apresentação e pelo trabalho que realizam. Primeiramente, gostaria de perguntar sobre um assunto que estamos discutindo na Comissão de Finanças, nós discutimos na semana passada e esta semana novamente, voltaremos hoje, temos reunião à tarde, que se refere à questão do transporte coletivo. É um assunto relevante para a Cidade, que está sendo também acompanhado pela população. Foi um assunto discutido no ano passado, os aportes para o transporte coletivo. E o que acontece? No orçamento e na LOA, na linha dos gastos com o transporte coletivo, tínhamos um valor de quatrocentos e setenta e dois milhões de reais de orçamento, que foi aprovado na LOA. Por isso até nós questionamos a necessidade desse aporte agora, de cento e setenta e três milhões de reais, que veio para a Câmara, e, além disso, também questionamos sobre outros decretos, com aportes em torno de cem milhões de reais, que já foram repassados para o transporte coletivo este ano. Aí, a resposta que recebemos da Secretaria é que, esse valor de quatrocentos e sessenta e três milhões de reais, teve uma lei municipal no ano passado, por isso esses recursos não estavam sendo apropriados como receita orçamentária, estariam bloqueados para a utilização, tendo em vista não ter mais arrecadação, disponibilidade nessa fonte. Por isso, os recursos repassados às empresas de ônibus estão ocorrendo de forma extraorçamentária, e por isso a necessidade desse aporte. Então, nós gostaríamos de entender melhor esse ponto. Tendo em vista que, na LOA que foi aprovada em novembro, constava esse valor de quatrocentos e sessenta e três milhões de reais, na linha serviços de transporte de passageiros, nós ficamos na dúvida. Então, esse valor estava errado no orçamento? O total da receita do Município na época estava realmente errado? Isso não afetaria até os outros índices e limites constitucionais do orçamento? E, aí, além disso, por que houve ainda esse ano um aumento na dotação orçamentária, de quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais para setecentos e treze milhões? E, se esse valor de quatrocentos e sessenta e três milhões, previsto inicialmente, realmente não vai poder ser utilizado, não deveria ter sido baixada essa previsão? E novamente: então significa que estava

errada a lei orçamentária que nós votamos? Fica essa dúvida em relação a isso. Além disso, Secretário, temos alguns pontos. Nós recebemos o link com o orçamento, as contas atualizadas até o segundo quadrimestre, mas encontramos divergências ali entre a planilha e o arquivo. Então, até depois eu posso passar por e-mail, conversar melhor com a equipe, mas nós ficamos em dúvida com relação a algumas contas que apresentam divergências relevantes, em torno de duzentos milhões de reais, entre o arquivo em PDF e a planilha. Esses são os questionamentos. O SR. PRESIDENTE:- Antes de passar a palavra à Vereadora Professora Josete, quero cumprimentar os Vereadores que estão acompanhando a reunião, vieram fazer uma visita à Câmara. Agradecemos pelas presenças, depois o Cerimonial vai nos passar o nome de vocês, mas parece que terão um encontro com a nossa Diretora Geral. Mas, desde já, agradecemos as presenças, tenham uma boa estada em Curitiba, sejam bem-vindos à nossa Câmara Municipal. Depois, caso queiram descer para cumprimentar os Vereadores, estejam à vontade, são bem recebidos aqui hoje nesse momento oportuno. Muito obrigado pelas presenças dos senhores. Vou fazer blocos com duas perguntas, facilitando assim a devolutiva do Secretário aos membros. Temos agora a Vereadora Professora Josete para os seus questionamentos. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos. Agradecemos a presença do Secretário e de toda a sua equipe. Eu vou primeiro me deter à apresentação do slide que trata de despesas de capital. Eu gostaria de saber, no item inversões financeiras, quais os elementos que representaram esse crescimento de 555% em relação ao ano anterior. Sabemos que esse item trata de aquisição de imóveis, títulos de capital, etc. Então, o que levou a esse crescimento considerável? Também gostaria de saber com relação às despesas da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Temos aqui na Câmara a Frente Parlamentar, e temos recebido algumas reclamações sobre a falta de produtos nos Armazéns da Família. Verificamos que apenas 0,71% do previsto foi cumprido no item, no momento, na conta comercialização. Então, o que está provocando esse desabastecimento? E também uma pergunta com relação às ações mais diretas que têm sido realizadas para a população que está em situação de vulnerabilidade nesse momento. Sabemos que a fome aumentou em grande escala, e existe aquele auxílio, em que é dado um voucher, vamos chamar assim, para que as famílias façam compras no Armazém da Família. Então, se houve um aumento em relação ao número de famílias que recebem esse auxílio e quais os valores que têm sido aportados para esse programa. Também nós temos, sobre a receita de serviços no primeiro quadrimestre, o dado de que foram realizadas apenas 4,64% dessas receitas, de setecentos e oitenta e cinco milhões oitocentos e setenta e um mil reais, apenas trinta e seis milhões quatrocentos e quarenta e sete mil reais aproximadamente. Então, gostaria da explicação sobre o que leva a isso. E, nesse sentido, nós sabemos que grande parte desses recursos dizem respeito ao transporte público. Então, temos essa dúvida. Já na conta receitas de capital também, até o momento, apenas 14,66% foi realizado, também uma dúvida. Eu sei que meu tempo já está acabando, mas vou tentar aqui ainda trazer mais uma pergunta; se der tempo, ao final, gostaria de utilizar mais um período para poder finalizar aqui as nossas dúvidas. Com relação à manutenção e desenvolvimento de ensino, no ano passado, no mesmo período, havia sido aplicado 13,28% da receita de impostos. Lembrando que ainda o ano passado a pandemia estava num momento bastante crítico e as crianças não estavam na escola. Neste ano, houve a diminuição ainda para 13,06%, com o ensino presencial. Então, a nossa pergunta é: a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação não fez um plano de investimento para diminuir ou minimizar a defasagem ensino-aprendizagem? Nós sabemos que hoje um grande número de crianças não está alfabetizada e há falta de professores, e sabemos que o contraturno fornecido ainda é bastante limitado. Então, quais são as ações? Eu sei que aqui se responde mais em termos numéricos, mas, se possível, trazer alguma avaliação em relação a isso também. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Passamos ao Secretário para as devolutivas. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sr. Presidente, Vereadora Indiara e Vereadora Josete, basicamente, a questão da LOA (P) e do

valor apresentado no transporte coletivo. A LOA foi apresentada em agosto do ano passado, e, quando da aprovação do orçamento no final de novembro, o valor apresentado na LOA foi retirado, para que entrasse numa receita extraorçamentária. E o valor repassado no... (Manifestação fora do microfone) Sim, é o Fundo. Depois de aprovado, ele foi retirado, o Fundo... (Manifestação fora do microfone) Passou pela Câmara essa situação. Daí, o repasse feito no primeiro e segundo mês deste ano estava previsto na lei que foi aprovada na Câmara, por isso o repasse. Esse valor que estamos solicitando agora e está em discussão na Câmara se refere ao pagamento da diferença da tarifa técnica e da tarifa social. Então, o que é importante desmistificarmos e demonstrarmos isso claramente, sem interesses e nenhum viés para lá ou para cá? O valor que é repassado pelo Município de Curitiba é para pagamento da passagem diretamente pelo usuário. O dinheiro que o Município de Curitiba repassa é um dinheiro, um valor economizado pelo usuário do transporte coletivo, não é simplesmente um repasse às empresas. A diferença da tarifa técnica e a tarifa social é significativa. Como já demonstrei, a inflação vem nos apertando, o óleo diesel teve um aumento de 88%, o pneu teve um aumento de 60%, grandes números. Então, a diferença da tarifa técnica para a tarifa social é esse valor de repasse. Tanto é assim que o Governo do Estado assinou um convênio com o Município de Curitiba para a manutenção do transporte coletivo, e também do repasse de sessenta milhões para auxílio ao bolso e diretamente ao usuário do transporte coletivo. É isso que se faz com o subsídio, basicamente isso. Vereadora Professora Josete, os 55% da diferença se referem ao FAAC, que não estavam previstos no orçamento e passaram a integrar o orçamento do Município. Também por uma lei aprovada nesta Câmara, houve essa alteração e os valores foram incluídos diretamente no orçamento. Então, por isso desse impacto, porque eles não estavam anteriormente e eles passam a constar agora. O desabastecimento dos mercados é devido a não só uma situação de mercado, mas também por uma situação de desabastecimento geral no Planeta. Não houve, em momento algum, um descuido do Secretário Gusi nesse ponto de aquisição de mantimentos para a disposição da população. O valor de doze milhões, que estava previsto no ano passado, continua previsto, e a tendência é aumentar. Foram abertos novos... Inclusive agora, que foi dado o nome da Patrícia Casillo, que infelizmente veio a falecer de forma repentina e ainda bastante jovem, ela dá o nome ao novo mercado que foi aberto ali embaixo do Viaduto do Capanema. Então, não houve descontinuidade do serviço apresentado a essa população de vulnerabilidade. São quatrocentas e oito mil famílias atendidas, são trinta e cinco unidades e são trezentos e cinquenta e cinco produtos disponibilizados nesses mercados, que estão à disposição da população curitibana, e não só da população curitibana, porque temos notícias de que pessoas da Região Metropolitana também se aproveitam dessa facilidade que o Município de Curitiba coloca. Quanto à questão, Vereadora Josete, da Secretaria da Educação, se a Vereadora me permitir, eu vou repassar a pergunta, e daí, se a senhora tiver outro questionamento, pode me encaminhar que eu repasso essa pergunta diretamente à Secretária Maria Sílvia, para que tenhamos uma resposta à altura do seu questionamento. O SR. PRESIDENTE:- Temos agora outros Vereadores inscritos. Pergunto se a Vereadora Noemia Rocha está presente. (Pausa). Ainda não. Secretário, eu vou fazer uma sugestão, tenho solicitado a todos os Secretários que antecederam Vossa Senhoria nessa pasta de Finanças do Executivo. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Para encaminhar o relatório antecipadamente? O SR. PRESIDENTE:- Não. Na verdade, a minha sugestão é que o Município estude novamente o retorno da taxa de contribuição de melhoria. Há anos eu venho solicitando ao Executivo. Acredito que essa taxa consegue atender principalmente no quesito infraestrutura, e aqui quero destacar para as nossas calçadas, onde o contribuinte participa com uma porcentagem, com a taxa, e o Município entra com a outra parte, fazendo com que essa obra possa ser realizada. Então, é o destaque que eu faço. Nós poderíamos pensar principalmente para as calçadas, e isso melhoraria a nossa acessibilidade de forma geral. É um estudo que venho solicitando, solicitei aos demais Secretários que o antecederam, e não

tivemos avanço. Então, deixo essa sugestão, para que, juntamente com a sua equipe, possa estudar a possibilidade dessa aplicação da taxa de contribuição de melhoria. Porque eu acredito que, além de economizar ao Município, tem um efeito muito positivo, talvez a médio e curto prazo. Era essa a sugestão. A Vereadora Noemia não retornou ainda, então passo a palavra para o nobre Vereador Dalton Borba fazer os seus questionamentos. O senhor tem dois minutos. O Sr. Dalton Borba:- Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, cumprimento o Secretário Cristiano Hotz e sua equipe por comparecerem a esta Casa. E o meu questionamento vem na esteira do que falou aqui a Vereadora Indiara. Na verdade, não consegui compreender, porque eu percebi aqui a edição de alguns decretos, Decreto nº 23, 38, 156, 198, somando aqui uma quantia de aproximadamente cento e treze milhões de reais. Essas despesas previstas nesses decretos, nenhuma delas é advinda de superávit primário e sim de fontes de custeio referentes a pagamento de tarifas e outras despesas operacionais, razão pela qual é feita por decreto. Não obstante a edição dos decretos, chega a esta Casa um projeto de lei para a concessão de cento e setenta e quatro milhões, na forma de crédito adicional suplementar, que na verdade não é uma verba que está saindo da mesma pasta destinada ao transporte, mas de uma pasta diversa. E, aí, parece-me que há aqui, nesse projeto de lei, uma irregularidade formal insuperável. Embora isso tenha sido detectado, inclusive acho que até pela Vereadora Indiara, que pediu vista desse processo, desse projeto de lei, eu não consegui compreender exatamente qual é a diferença de destinação desses cento e treze milhões, que no final das contas vão para o transporte coletivo. Não sei se houve aqui um estudo de desequilíbrio econômico-financeiro para o aporte desses valores, se há acompanhamento da aplicação desse recurso ou não, e o porquê da tratativa desse problema em duas searas, uma através de uma pasta, pela edição de decreto, e a outra com aporte de verbas que vêm do superávit primário. Na verdade, é uma dúvida que eu tenho, não consegui compreender, gostaria de ouvir a Mesa sobre isso. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Sr. Secretário. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Eu vou passar essa resposta, Vereador Dalton Borba, à Dani. Eu quero fazer uma ressalva também aqui, Vereador Dalton. Esse tema está sendo amplamente discutido na Comissão de Economia e também será discutido no Plenário. O Presidente da Urbs já veio à Comissão e apresentou os esclarecimentos, virá no dia da votação e estará à disposição para esses questionamentos. Os valores dos decretos se referem ao período do ano anterior, do ano passado. Mas eu vou passar a palavra à Dani, para que ela também responda, porque a Vereadora Indiara fez um questionamento direto à Dani aqui. Passo a palavra à Dani, para que ela responda tanto à Vereadora Indiara, que fez um questionamento extra microfone aqui, como também ao Vereador Dalton Borba. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Nós encaminhamos ontem, inclusive, a resposta à própria Comissão, com o detalhamento de todos esses decretos e fechando esses valores. Esses cento e treze milhões de reais, que foram encaminhados já via decreto no início do ano, dizem respeito a dois pagamentos referentes à lei que tínhamos aprovado no ano passado, referente ao período de janeiro e fevereiro. Esses dois pagamentos foram de trinta e quatro milhões e trezentos mil; dezessete milhões referentes à renovação da frota, que estava autorizada também na referida lei. Então, são valores em torno de sete milhões de reais ao mês que foram aportados para a renovação da frota, a questão do pagamento dos bancos direto. E sessenta e dois milhões, que foram adicionados, referem-se ao convênio do recurso do Estado. Temos que abrir orçamentariamente a recepção do recurso do Estado. São sessenta milhões repassados pelo Estado e dois milhões de contrapartida do Município. Isso fecha os cento e treze milhões, certo? E, além disso, daí temos o que está tramitando, que são os valores para complementar a questão da tarifa técnica. Então, esses são os valores que apresentamos. Os recursos que estamos adicionando são recursos que vêm do superávit. Então, abrimos orçamentariamente esses recursos no orçamento do Município, porque o superávit não está dentro do orçamento, cada vez que vamos utilizar o superávit temos que adicioná-lo no orçamento, e daí sim

remanejamos ele do orçamento para o FUC, para fazer frente às despesas no FUC. É essa a diferença que você tem ali. Os recursos orçamentários que constavam quando aprovamos o orçamento no ano passado, o FUC ainda estava dentro do orçamento. E sabemos historicamente aqui, nas várias audiências que fizemos, que isso gera um problema no Município. Porque é um recurso que entra, mas que tem uma finalidade específica, e acaba afetando os nossos indicadores, os nossos índices, e ele não pode ser utilizado para outra finalidade que não o pagamento do serviço de transporte. Então, ao final do exercício do ano passado, depois que encaminhamos a lei do orçamento, foi encaminhada uma lei onde retiramos o FUC como receita orçamentária. Portanto, continuam os recursos circulando, mas eles não entram mais dentro do orçamento. Por isso que temos quatrocentos milhões lançados lá, mas não vamos utilizar. Porque esses recursos estão sendo executados de forma extraorçamentária, para que acabemos de uma vez por todas com a sombra que o FUC fazia dentro do nosso orçamento. Então, por isso que esse recurso está lá, mas não será utilizado ali. Ok? O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereador Dalton, maiores questionamentos poderão ser feitos diretamente ao Presidente Ogeny. Como eu já disse, ele veio, já esteve presente na Comissão de Economia, apresentando esclarecimentos, e virá ao Plenário à disposição dos Srs. Vereadores. Vereadora Indiara, esses questionamentos que V.Exa. fez haviam sido encaminhados à minha Secretaria, através de ofício da Comissão, e eles foram respondidos ontem, (C) demonstrando todo o nosso interesse, lisura e transparência para o esclarecimento de V.Exas. Não temos o menor objetivo de deixar sombra sobre o que estamos fazendo. A Sra. Indiara Barbosa:- Posso me dirigir ao Secretário, Sr. Presidente? (Assentimento). Agradeço, Secretário Cristiano, e realmente nós tínhamos recebido as informações. Achamos estranho, por isso voltei ao questionamento aqui. E acho que é importante ficar claro até para a população, porque o nosso incômodo inicialmente foi: temos um orçamento de quatrocentos milhões, já tivemos esses cento e seis milhões, e agora vamos ter mais cento e setenta. Também foi questionado sobre o aporte do Governo do Estado, de sessenta, né? Então, na verdade, esses quatrocentos não seriam utilizados, porque é uma receita extraorçamentária, o que foi repassado são os cento e seis. Dentro desse cento e seis, ainda estão os sessenta do Governo do Estado, também acho que é importante ficar claro, porque achamos que somaria, mas não, está ali dentro, e esse cento e setenta que está sendo pedido é para a diferença entre a tarifa técnica e a tarifa paga do ano todo, o que já foi, a diferença dos meses até agora, e o que ainda será até dezembro, que foi o previsto e inclusive passado para nós o detalhamento. E só para complementar, fiz uns questionamentos, que aí é a Urbs, em relação aos números. Como eu consigo ter certeza de que aqueles números de receita, de passageiros, de custos estão corretos para que tenhamos a segurança para aprovar esse valor? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Esse valor de cento e setenta compõe valores que serão aportes ao sistema e valores de manutenção de sistema, que são as manutenções que temos que fazer nos terminais e as substituições. A Sra. Indiara Barbosa:- É trinta, né? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Quarenta e cento e trinta. A Sra. Indiara Barbosa:- Quarenta e centro e trinta. Tá. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Isso. Então, o que a Urbs pede, e a mensagem encaminhada, é que tenhamos isso até o final do ano e que não precisemos mais solicitar isso à Câmara e não gere essa dúvida. Para deixar bastante claro que esse valor é até o final do ano. E nós estamos tomando a providência de já mandar uma rubrica na LOA deste ano para que evitemos essas discussões, essas sombras, na verdade. Não são equívocos, mas são sombras que podem deixar algum tipo de questionamento. Mas quero demonstrar novamente que a nossa intenção é sempre trazer a lisura e demonstrar por A mais B o que estamos fazendo, que é dentro da legalidade, e mais uma vez trazer aqui que esses valores são valores colocados diretamente no bolso do usuário. Nós pagamos, o Município de Curitiba, com a autorização da Câmara e o entendimento de V.Exas., Vereadores, de que é um tema sensível, que isso faz a diferença para o trabalhador, que esse valor é um aporte direto ao bolso do trabalhador. É isso que eu gostaria

muito que ficasse desmistificado, sem viés. Isso é praticado no mundo inteiro. No mundo inteiro é assim. A Sra. Indira Barbosa:- E que já acontecia antes, mas agora eles não podem ser maiores do que durante a pandemia. Mas, enfim. Obrigada, Presidente Serginho. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Só salientar, Vereadora, que se trata de valores estimados. Então, a cada mês, a Urbs vai demonstrando a necessidade real. Como nós tivemos variações muito significativas em função da pandemia, essas estimativas podem não ter a precisão, mas o valor que vai acontecer efetivamente é um valor mediante comprovação. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Isso. A comprovação, como se dá? O usuário encostou o cartão, a tarifa é computada dentro do sistema e é feito o pagamento às empresas concessionárias. Então, assim, essa fiscalização, e efetivamente o acompanhamento do gasto, é feita através diretamente do cartão do sistema eletrônico que nós temos. É isso que eu tinha para esses dois temas, esses dois questionamentos, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Vou pedir escusas aos Vereadores que estão participando, ao Secretário e sua equipe, só para fazer uma breve menção dos Vereadores, do Nordeste, que nos visitam hoje. Temos Vereadores de Aracaju: Isac Silveira, Linda Brasil, Savio Neto, Ricardo Vasconcelos, Manuel Marcos, Sheyla Galba, Professora Angela Melo, Alexsandro Conceição. Também temos Vereadores de Gravata, Pernambuco: Werveson Leandro, Adeilson José Bento, Gil Dantas, José Romildo, Tadeu do Nascimento, Edvaldo Trajano, Bruno Vilar Sales e Leonardo, presidente da União dos Vereadores de Pernambuco, a UVP. Também Vereador de Bezerros, Pernambuco: Diogo Lemos. Vereadores de Garanhuns, Pernambuco: Johny Albino, presidente da Câmara de Garanhuns, e Matheus Martins. E o advogado de Pesqueira, Pernambuco, Geraldo Cristovam. Eles estão participando do encontro realizado pela Abrascam aqui no Município de Curitiba. Desejamos que seja um encontro muito profícuo, que as suas estadas sejam... e possam desfrutar da nossa Cidade e, como já disse, do Legislativo Municipal. Agradecemos e pedimos escusas pelo espaço, que é limitado, e não tivemos a oportunidade de acomodá-los todos aqui no plenário. Mas sejam todos muito bem-vindos ao nosso município e, em especial, ao nosso Legislativo. Depois o Presidente Tico Kuzma com certeza fará uma recepção dos senhores e senhoras presentes. Muito obrigado, fiquem à vontade participando desta nossa audiência. Passo para o próximo bloco. A Vereadora Noemia está inscrita e o Vereador Salles do Fazendinha. A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada. Quero cumprimentar o Presidente dessa Comissão, Vereador Serginho do Posto, o Secretário Cristiano e os demais da equipe. Secretário, o senhor conhece a nossa luta em relação aos templos religiosos. Eu gostaria de saber como estão as normativas, como estão os avanços em relação a imunidade dos templos religiosos alugados, que foi aprovado no Congresso. Eu preciso dessa informação até para repassar à nossa comunidade que está na expectativa. A questão do piso salarial dos enfermeiros, como é que está o planejamento aqui em Curitiba depois de aprovado no Congresso Nacional também. Tem a questão, Secretário, dos agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de endemias. Também foi aprovado um reajuste, saber como é que estão trabalhando essa questão do impacto financeiro aqui na Cidade em relação às finanças da Prefeitura. Outra questão, Secretário, que eu gostaria de saber é em relação ao programa, que não existe em Curitiba, de construção de moradia social, que é um déficit absurdo em relação a fila de espera. Existe um planejamento no orçamento da Prefeitura vislumbrando essa parceria junto à Cohab para a construção dessas casas, considerando o número altíssimo de pessoas e moradores em situação de rua e pessoas também na fila de espera? A outra preocupação, Secretário, estou fazendo a pergunta se compete ao Secretário, mas acredito que sim, é o orçamento da Fundação de Ação Social que a cada ano, historicamente, está reduzindo, reduzindo, reduzindo e o aumento significativo de moradores em situação de rua, o número significativo de pessoas em vulnerabilidade e que precisam desse orçamento e a Fundação de Ação Social, além de não ter orçamento, está com déficit também de prestadores de serviço. Como é que a Secretaria de Finanças vê essas questões importantes de investimento nessas áreas que nos

preocupa também. Acredito que eu já fiz todas as perguntas, Secretário. Muito obrigada pela participação de vocês e aguardo a resposta. Obrigada. (Assume a presidência a Vereadora Indiara Barbosa). A SRA. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao próximo inscrito, Vereador Salles do Fazendinha e, na sequência, o Secretário e a equipe respondem. O Sr. Salles do Fazendinha:- Obrigado, Vereadora. Bom dia, Secretário, a todos os presentes e a todos que nos acompanham pelas redes sociais. Secretário, além de Vereador eu também tenho uma imobiliária e não poderia deixar de fazer essas duas perguntas que todos os corredores de Curitiba me cobram, além, é claro, das pessoas que comercializam imóvel, já que eu tenho também um pé nesse mercado imobiliário por ter o escritório imobiliário. São duas perguntas, além de uma outra fora desse assunto. Sei que rapidamente o senhor já falou sobre o Refic, que não teve este ano. A pergunta é, ainda é possível ter este ano? Se não é possível, para o ano que vem terá o Refic? E parecida com essa, se não existe um plano, um modelo que possa fazer voltar o parcelamento do ITBI levando em consideração que tanto o Refic quanto o ITBI, além de facilitar muito para as pessoas os pagamentos dos imóveis atrasados, também facilita a comercialização de imóvel em Curitiba. Esses dois planos, se pudessem existir, facilitariam bastante o mercado imobiliário de Curitiba, além de não castigar as pessoas que têm que pagar um ITBI à vista, e a ausência do Refic este ano que foi também ruim para o cidadão curitibano. A outra pergunta que eu faço, a terceira, e finalizo nela, é pedir a atenção, se fizer parte da sua pasta, para melhorar o abastecimento, porque tenho recebido muitas reclamações, do Armazém da Família do Bairro Fazendinha. São as três perguntas, Secretário. Agradeço a você e toda a sua equipe por estar aqui na Casa à disposição para os nossos questionamentos. Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Passo ao Secretário Cristiano e à sua equipe e, na sequência, aos demais Vereadores inscritos. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereadora Noemia, respondo primeiro ao Vereador Salles e depois entramos com os números em resposta a V.Exa.. Vereador Salles, o Refic, falei rapidamente, nós não faremos este ano e não temos previsão de fazer o ano que vem. Explico com um exemplo. A Receita Federal antigamente, bem antigamente, tinha por costume adiar a entrega do imposto de renda. O brasileiro deixava sempre para o último segundo, e este ano aconteceu assim. O brasileiro tinha absoluta certeza de que não precisava entregar o seu imposto de renda no dia 30 de abril. Tinha absoluta certeza porque tinha absoluta certeza de que o Governo Federal e a Receita Federal iriam adiar esse prazo. Se nós ficarmos noticiando o Refic ou dando a expectativa do Refic, por isso que eu sou muito claro nesse ponto, não faremos Refic este ano, não faremos Refic ano que vem, para que fique muito claro à população e aos pagadores ordinários do imposto, ou seja, ordinários não no sentido pejorativo, mas no sentido do dia a dia, da ordem do dia a dia, que os impostos são pagos dentro do prazo. Da mesma forma, inverto a situação. Se um empresário passasse a não pagar o salário no quinto dia útil para o seu colaborador e empregado. Isso estaria acontecendo assim... É mais ou menos o que estaria acontecendo com essa notícia do Refic. "Ah, quando ele vai me pagar? Quando ele vai fazer?". Os impostos devem ser pagos dentro da sua data de vencimento. É esse o nosso objetivo. O Prefeito Rafael Greca determinou o Refic porque estávamos num período triste do mundo. Fizemos o Refic com o objetivo de auxiliar naquele período. Sendo muito sincero, nós não temos previsão, Vereador Salles, mais uma vez digo, para o Refic este ano. Não faremos este ano; não temos previsão para o ano que vem. Sendo muito claro. Trazer a normalidade do que estamos vivendo. É isso que eu tenho a dizer sobre o Refic. Já foi me perguntado na primeira participação que tive na Câmara, on-line, no início deste ano, e a resposta continua a mesma, não faremos. Sobre o ITBI, Vereador Salles, existe a possibilidade de parcelamento no cartão de crédito em dez vezes. É uma legislação federal que já determina que não se saia mais do cartório sem o pagamento do ITBI; e ele pode ser parcelado. (M) Porque, senão, o ITBI não se registra, com esse pagamento. Então, o cartório já emite, juntamente com a escritura lavrada, o carnê, o boleto do ITBI, que pode ser parcelado em até dez vezes, no cartão de crédito, pelo contribuinte. Sobre o

abastecimento, eu já tive oportunidade de responder à Vereadora Professora Josete, não está faltando dinheiro para a compra, não é isso, o que está faltando, em alguns casos, é o próprio mantimento a ser vendido pelo distribuidor e também por conta das burocracias de licitação. Porque o fornecedor estava, diante da inflação que já demonstramos ali... Infelizmente, estamos vivendo um período que eu não queria mais viver, de inflação, e eu acompanhei esse período de inflação, em que nós tivemos inflação de 101% do dia para a noite, no mesmo dia nós tínhamos 101% de inflação, eu não gostaria mais de viver esse período, não gostaria que meu filho vivesse isso, e até um tempo atrás nós estávamos fortes, imbuídos nesse sentimento de não termos mais a inflação. Mas a inflação não é só no Brasil, é no mundo, no mundo. Ontem, eu estava lendo um jornal de Portugal, os restaurantes tiveram reajuste de preço em 15%, coisa que não se via na Europa há muito tempo. Então, infelizmente, estamos vivendo isso, e esse momentâneo desabastecimento acontece por dificuldade dos próprios fornecedores em ter o seu valor de produto respeitado. O macarrão, por exemplo, ele me vende, na licitação, a dez, estou dando um exemplo, não sei se é esse o valor, ele me vende a dez, e quando ele vai me entregar esse produto, já está quinze ou dezesseis. Então, estão tendo um prejuízo muito grande, e temos essa dificuldade de fazer esse ajuste de preços. E não acontece isso só com os mantimentos. Nós temos problemas muito sérios, por exemplo, com a massa asfáltica, que está acontecendo isso também. Nós temos fornecedores que não conseguem nos entregar porque aumenta o preço, assim (estala os dedos), do dia para a noite. E medicamentos também, estamos tendo uma falta muito grande de medicamentos. E também não é só pela questão da inflação, tudo isso é produzido na China, e a China está em lockdown. Nos Estados Unidos, eu li uma notícia agora, essa semana, que eles utilizaram uma lei de guerra para fazer o fornecimento de leite para as crianças, que não se estava produzindo, não tinha mais matéria-prima para isso. Ontem, em conversa com o Secretário Jamur, ele estava me dizendo que em Nova York, e já entrando nessa questão da FAS, Vereadora Noemia, em Nova York, o Secretário Jamur nos disse ontem que eles têm cinquenta mil moradores de rua. Em Nova York, com uma população de oito milhões. E é a Cidade mais rica do Planeta. Então, é uma situação que, com a pandemia, agravou-se. Mas a FAS, já respondendo, entrando na resposta da Vereadora Noemia, a FAS realiza um serviço espetacular. Nós temos um serviço de atendimento, Vereadora Noemia, já estamos caminhando para o atendimento dessa demanda de educadores e assistentes sociais para a FAS, já foi autorizado. Nós não podíamos fazer a contratação até o ano passado por conta de uma legislação federal, que impedia. Então, este ano já foi dado início à contratação, não só dos educadores, mas também de professores e engenheiros para as Secretarias. Com isso, com essa retomada, diante do que demonstramos dos nossos limites prudenciais, dentro de uma equalização orçamentária, nós queremos fazer essas contratações, por determinação do Prefeito Rafael Greca, o mais rápido possível, queremos dar atendimento a essa população que mais necessita, e agora mais do que nunca, devido ao frio. Referente, Vereadora, ao piso salarial dos enfermeiros, não estamos fazendo estudos. Nós temos os estudos do impacto, mas não estamos com expectativa de implantação disso. Porque o Congresso Nacional, estive recentemente conversando com o Líder do Governo na Câmara, o Deputado Ricardo Barros, perguntei isso a ele, e ele me disse que estão aguardando a decisão sobre os valores de repasses. Porque é assim: se o Governo Federal criar uma despesa para o Município, vai ter que indicar de onde ele vai fazer o repasse desse valor para nós. Então, estamos nesse compasso, o compasso de espera, como está o Congresso Nacional, da indicação do Governo Federal de onde vai nos passar esse dinheiro para os repasses. Também cito um exemplo aqui, Vereadora Indiara, sobre o repasse de uma despesa criada pelo Governo Federal, e não estou dizendo que ela seja errada, muito pelo contrário, concordo com ela, mas, assim, a indicação da gratuidade do ônibus. Nós temos oitenta e quatro milhões por ano que o Município de Curitiba paga pela gratuidade do ônibus, para o idoso e para as outras gratuidades, que é uma gratuidade criada pelo Governo Federal, e o Governo

Federal nos repassa zero para o atendimento a essas gratuidades. Então, assim, eu gostaria muito que pudéssemos pagar o piso, não só o piso, o teto para os enfermeiros, mas, se o Governo Federal não nos fizer o repasse, não tem como darmos andamento a isso, que estaríamos onerando as demais categorias do funcionalismo público, e não teríamos como atender e cumprir isso. Essa é uma limitação que nós temos, e não só o Município de Curitiba, mas todos os municípios. Quanto às moradias, a Cohab está desenvolvendo junto ao Município de Curitiba, e também a Dani me traz um número, são mil seiscentas e noventa e três famílias que estarão sendo atendidas, junto com a AFD, Agência Francesa de Desenvolvimento, num dos maiores programas de realização de casas populares junto à Caximba. Então, é um trabalho que está sendo feito, é um trabalho do plano de governo, do plano de gestão do Prefeito Rafael Greca, e isso vai ser implantado. Nós já iniciamos a construção de oitenta e quatro unidades, e elas serão construídas para atender essas mil seiscentas e noventa e três famílias, numa grande revolução habitacional no Município de Curitiba. Então, isso tudo está sendo feito e planejado. Eu acho que atendi aos questionamentos de V.Exa., Vereadora. A Sra. Noemia Rocha:- Agentes comunitários. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Ah, só faltou eu falar dos agentes comunitários e também das isenções, né? A Sra. Noemia Rocha:- É. Agentes comunitários e agentes de endemias também. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Isso. Então, todos eles serão contratados, dentro dessa responsabilidade orçamentária que nós temos que ter, e também o valor de pagamento a eles está sendo feito diante de toda essa nossa análise criteriosa que fazemos, em respeito às leis e ao atendimento dos limites legais. Então, estamos nessa atenção. A imunidade dos templos religiosos está na etapa de estudo, e também está aguardando uma definição do Governo Federal. Nós temos a intenção de fazer a implantação da imunidade. Para este ano já não é mais possível, ela será feita, se implantada e de acordo com o que foi aprovado no Congresso e promulgado pelo Sr. Presidente da República, o ano que vem. A Sra. Amália Tortato:- Presidente Serginho, peço a prorrogação da Sessão por mais trinta minutos. O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento da Vereadora Amália Tortato solicitando a prorrogação da Sessão por mais trinta minutos. (Pausa). APROVADO. Passo a palavra agora ao Vereador Sidnei Toaldo. O Sr. Sidnei Toaldo:- Obrigado, Vereador Serginho. Parabenizo a fala do nosso Secretário Cristiano, produtiva essa audiência, esclarecendo a todos os curitibanos sobre onde está o nosso dinheiro, onde está o dinheiro da população, onde está sendo investido, onde está sendo gasto. E até corroborando com duas falas, tanto do Vereador Salles do Fazendinha, com relação ao Refic, né, Secretário? Você sabe que sou persistente nisso, estive por algumas vezes no seu gabinete, e a população, os comerciantes e o cidadão comum cobram isso de nós. Entendemos o ponto de vista da Prefeitura, respeitamos, mas continuamos aqui, batendo ainda nessa questão. Porque realmente sabemos que essa questão econômica, e agora demonstrado aí, que o poder aquisitivo da população caiu muito, e não só no Brasil, no mundo todo. Realmente, vemos que as pessoas estão pagando a luz e não estão pagando a água, pagam o IPTU e não pagam outro imposto. Então, só justificando que estaremos sempre aqui olhando esse lado também da população. Sabemos que a Prefeitura tem uma ideia sobre isso, mas continuaremos batendo nisso, tá, Secretário?, assim, cobrando e sabendo que, em algum momento, talvez a Prefeitura possa fazer isso. E também, importante a fala do Vereador Serginho, essa implantação da taxa de contribuição de melhoria. Ontem, participei do Fala Curitiba, em Santa Felicidade, e realmente o Mauro Magnabosco, do IPPUC, foi a pessoa mais requisitada, pois muitos moradores da região cobravam a questão de calçamento. Então, acho que seria importante olharmos com carinho essa situação. E isso acontecendo, com certeza, a nossa Cidade estará muito melhor na questão de calçamento. Realmente, a nossa Cidade está aquém na questão de implantação de calçamento, e sabemos que o recurso é grande e a Prefeitura não poderá dar conta de tudo isso. Então, só fica essa fala, é mais uma reiteração do que falaram os Vereadores, Cristiano, e para dar os parabéns pelo seu trabalho à frente da Secretaria, assim como de toda a sua

equipe. O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Vereadora Amália Tortato. A Sra. Amália Tortato:- Agradeço pela concessão da palavra, Sr. Presidente. Cumprimento o Secretário Cristiano, já parabenizando e desejando sucesso para essa nova empreitada; ainda não tínhamos nos visto desde que Vossa Senhoria assumiu. A minha primeira pergunta vai na linha do que a Vereadora Noemia já perguntou com relação ao novo piso salarial dos enfermeiros, também me preocupa o reajuste concedido para os professores, concedido recentemente pelo Governo Federal. E, como a Noemia já fez uma pergunta que eu gostaria de ter feito, eu gostaria de saber o seguinte: se não houver esse repasse por parte do Governo Federal, há previsão de aumento de impostos para cobrir esse impacto no orçamento? A minha segunda pergunta é referente a um projeto que foi recentemente mandado pelo Prefeito, com relação à nova base de cálculo do ITBI. Pela redação proposta, a Prefeitura pode arbitrar por mera rejeição, por simples inconformismo, mesmo que a base declarada não seja inferior ao valor venal previamente estabelecido. Nós já temos recebido várias reclamações com relação a essa possibilidade de arbitrariedade, por parte da Prefeitura, quanto à base de cálculo do ITBI, e, com esse novo projeto, essas possibilidades aumentam ainda mais. Então, a minha dúvida é: essa é uma forma de aumentar a arrecadação? E sobre os fatos que foram considerados para a modificação da proposta, as providências tomadas para que não haja abuso de poder nesse arbitramento, bem como se há margem para reinserirmos o piso do valor venal no projeto. A minha terceira pergunta é com relação à dívida consolidada. Segundo a apresentação, houve um pagamento de cento e trinta e nove milhões para amortização da dívida. Porém, segundo os anexos encaminhados pela LDO, percebemos que a dívida consolidada aumentou em aproximadamente 6%. Então, a minha pergunta é: a amortização da dívida não deveria ser maior que o crescimento? Quanto à taxa Selic, o quanto ela pode influenciar com relação a esse abatimento da dívida? E o que a Prefeitura está fazendo para conseguir de fato abater a dívida consolidada? E a minha quarta pergunta é com relação a uma divergência que existe entre a despesa e a receita. Pela apresentação, parece que houve uma queda da arrecadação real da Prefeitura. O relatório resumido de execução orçamentária mostra que houve uma atualização na dotação de despesas, de 9 para 9,8%, quase 10%. Então, a minha pergunta é: não há uma descompensação em relação à receita, já que houve, aparentemente, uma queda real no valor da arrecadação, com as despesas, que, aparentemente, segundo a apresentação, houve um aumento? Essas são as minhas perguntas. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Sr. Secretário. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereador Sidnei Toaldo, mais uma vez, eu digo, V.Exa. já esteve mais de uma vez lá no meu gabinete solicitando a implantação do Refic, então, como já disse ao Vereador Salles do Fazendinha, não vamos fazer o Refic este ano, **(L)** e não temos expectativa de fazer o Refic para o ano que vem. Já por todas as explicações que disse ao senhor e, também, na época disse ao senhor assim: não é favorecer o mau pagador ou penalizar o bom pagador, não é essa a visão que temos, isso não entra em questão para nós na solução disso. Sim, quando houve a necessidade, historicamente Curitiba não fez o Refic, quando houve a necessidade, e o Prefeito Rafael Greca foi sensível a isso, fizemos o Refic. Então, não temos essa previsão, apesar de V.Exa., insistentemente, o que eu louvo da sua parte, em defesa dos seus eleitores, trazer esses questionamentos. Como também o faço às Vereadoras Indiara e Amália, que sempre são fiéis aos seus eleitores, às suas ideias e aos seus questionamentos. Nós podemos discutir ou divergir em questões técnicas, mas nunca, assim, tivemos embates pessoais ou não. Entendo os questionamentos de V.Exas., Vereadora Amália, Vereadora Indiara, que são sempre muito pontuais, extremamente técnicas, isso, em momento algum, causando constrangimento, isso nos dá satisfação em poder bem responder e saber que estamos sendo acompanhados de forma técnica. É esse o nosso pensamento. Ou seja, sem aquele viés verde, ou branco, ou azul, ou rosa. A técnica se demonstra, nesse momento, a melhor linha, nem lá e nem cá, a linha do meio; a virtude se demonstra pela linha média, pela linha mediana. E é isso que louvamos, Vereador

Sidnei. Esses questionamentos sempre técnicos, para nós, é o melhor caminho. O piso, Vereadora, para atendimento, como já disse, o piso salarial dos enfermeiros, para que possamos implantar no Município de Curitiba a lei, a aprovação da lei pelo Congresso Nacional já estabelece que ela só será implantada se, veja o termo, "se" o Governo Federal indicar de onde ele vai nos fazer o repasse. "Se" o Governo Federal indicar e nos repassar, nós faremos o repasse. Portanto, não haverá aumento de impostos, não penalizaremos a sociedade curitibana nesses termos. Então, aguardamos que o Governo Federal decida e nos indique de onde vai fazer isso. Rogo aos Srs. Vereadores que, se possível, pressionem o Governo Federal para nos repassar os oitenta e quatro milhões do transporte coletivo, das gratuidades do transporte coletivo. Porque, com absoluta certeza, não estaríamos pedindo os cento e setenta e três milhões, mas os cento e setenta e três milhões, menos os oitenta e quatro. Porque é um dinheiro que o Governo Municipal banca para o bom atendimento do transporte coletivo à população curitibana. O ITBI. Também a questão do ITBI, o Município de Curitiba está adotando uma nova decisão judicial, que estabelece que podemos fazer o arbitramento pela venda. Então, todos nós sabemos, e está aqui na Câmara, nós pedimos o adiamento dessa questão para atualização da planta genérica do Município de Curitiba. Houvesse essa implantação, não haveria essa divergência, esse gap enorme entre o valor venal e o valor de venda, e também ao valor atribuído do ITBI. Por determinação do Prefeito Rafael Greca, nós solicitamos, no final do ano passado, o adiamento da implantação. Este ano, por força de lei, nós teremos que voltar a essa discussão, esta Câmara terá que travar essa discussão, e é uma discussão amarga, é bastante amarga. Não queríamos fazer isso nesse momento de recuperação econômica, de economia positiva, não queríamos ter que fazer isso. Mas, por força de lei, obrigação legal, teremos que ter essa discussão mais à frente, para a implantação da nova planta genérica do Município de Curitiba, da atualização da planta genérica, que vai diminuir essa, em tese, arbitrariedade, não arbitrariedade no sentido negativo, mas do poder de arbitrar um valor para o ITBI. O valor do ITBI hoje é feito com base no negócio, então, basicamente é essa a questão que hoje se dá no que acontece no dia a dia. Então, porque temos esses valores que estão sendo comercializados, e o Vereador Salles poderia nos dizer aqui, porque tem uma imobiliária, sabe que uma casa vendida, uma casa que tem valor venal no bairro onde eu moro, que é ali no Abranches, perto do Parque São Lourenço, tem um valor venal inferior ao valor de venda, o valor de mercado. Então, é esse ponto que eu gostaria de ressaltar. Também gostaria de fazer aqui um adendo, e já passo, Vereadora Amália, para a Dani fazer essa explicação dos questionamentos que foram feitos sobre o orçamento, esse pseudo descompasso, mas ele basicamente se explica pelo superávit. Então, a Dani já falará sobre esse ponto, em atendimento ao questionamento de V.Exa. Vereador Sidnei, também respondendo ao senhor, sobre a taxa de contribuição de melhoria, e também ao Vereador Serginho, o Prefeito Municipal Rafael Greca lançou um programa que chama Caminhar Melhor, que prevê um investimento de quarenta milhões de reais para a melhoria das calçadas. Estão previstos cem quilômetros de calçadas e cinquenta quilômetros de ciclovias. Isso não só na região central, mas, principalmente, nos bairros da nossa Capital, que estão sendo atendidos também por um programa, que é o Zero Asfalto no saibro. Nós estamos zerando o asfalto no saibro, fazendo, através da SMOP, do Secretário Rodrigo, um grande trabalho de recuperação de nossas vias, fazendo a fresa e o recape disso. O Prefeito Rafael Greca determinou que nós fizéssemos a compra, Vereador Serginho, de mais dois kits, kits que dizemos são máquinas de fresa e recape, reciclagem, a motoniveladora, caminhões; então, o Prefeito já determinou a aquisição desses dois kits, e o Secretário Rodrigo já encaminhou a autorização, o pedido de autorização para licitação desses dois kits. Então, o Prefeito Rafael Greca tem bastante cuidado com esses pontos aí. E esperamos não ter a necessidade de implantação da taxa de melhoria, Vereador Serginho e Vereador Sidnei, e continuemos conseguindo, por tudo que vimos fazendo, e essa equipe espetacular da Secretaria de Finanças vem fazendo, dando os ajustes finos para nós, fazer com

recursos próprios esses investimentos e melhorias nas calçadas, ciclovias e vias do Município de Curitiba. Eu acho que atendo aos questionamentos. Vereadora Amália, passo à Dani... A Sra. Amália Tortato:- Se me permite, só com relação ao reajuste dos professores, também é condicionado a esse repasse do Governo Federal? O SR. CRISTIANO HOTZ:- O piso dos professores? A Sra. Amália Tortato:- O reajuste que foi dado no começo do ano pelo Governo Federal também é condicionado? O SR. CRISTIANO HOTZ:- Também é condicionado, porque ele vai entrar na mesma regra. Assim, digo isso, Vereadora, porque, como disse, estive recentemente com o Líder do Governo e ele me falou que esses repasses estão sobrestados no Governo Federal, todos eles aguardando essa definição do Congresso Nacional, porque o Congresso Nacional vai editar uma norma dizendo que Governo Federal só poderá criar despesas para os Municípios se indicar a fonte da receita que vai ingressar no Município. Então, todos eles estão sobrestados, Vereadora, nesse ponto. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom, Vereadora, sobre as suas questões, as questões orçamentárias, teria que colocar para a senhora assim: que nós vamos até explanar na semana que vem, na audiência da LOA, sobre essa nova abordagem da gestão financeira, que traz essa questão de fazer a economia pelo ciclo positivo. Nós fizemos um trabalho grande no Município, buscando o ajuste fiscal do Município, que nos gerou uma economia, que está nos gerando superávits anuais, e a tendência agora, conforme orientação do Sr. Prefeito, é que passemos a ocupar esse espaço que o superávit nos permite, para buscar uma sustentabilidade financeira do Município sem perder o olhar de economia das despesas, mas também não afetando a execução dos serviços. Então, a ideia é que mantenhamos ou melhoremos a execução dos serviços, amplie esses serviços, utilize o superávit de forma que ele possa ressoar economicamente no Município, mas também conseguindo reduções de valores nas despesas municipais. Então, é uma composição no sentido de que viabilizemos um Município mais forte economicamente, futuramente, e essa força acaba por tornar a Prefeitura, a estrutura municipal sustentável no longo prazo. Nessa linha, nós estamos buscando sim adentrar com o superávit em valores mais significativos no orçamento do Município. Então, os oitocentos milhões que a senhora vê de diferença são valores que foram suplementados pelo superávit. Então, nós temos oitocentos e três milhões de suplementação por superávit, e temos um excesso de arrecadação com base nos produtos de operação de crédito. Então, a operação de crédito vai se realizando na medida em que ela vai se consolidando; as obras vão se consolidando, nós vamos realizando as operações de crédito. Portanto, são cento e quarenta e três milhões que adentram no orçamento em função das alterações da operação de crédito. Na mesma lógica, a senhora falou sobre a dívida consolidada, a nossa dívida consolidada, de 1,3 bilhões, é uma dívida de longo prazo, nós temos essa dívida desenhada em longo prazo, e, nessa lógica, dessa ação de buscarmos ciclo positivo, de buscar economias efetivas atendendo às necessidades do Município, nós estamos estudando uma série de opções de alteração de dívida, de troca de dívida, ou de quitação de dívida. Isso demanda um tempo, principalmente porque você tem uma acomodação no mercado financeiro que está acontecendo, você tem a saída da taxa Libor no mercado internacional, a substituição por outras taxas. Então, nós precisamos ter a acomodação dessas questões financeiras, que estão sendo acompanhadas, para que tenhamos em si qual é o perfil que nós temos das novas operações no mercado, para ver se nós podemos quitar, se nós podemos trocar, qual dívida é mais vantagem, qual dívida não é vantagem. Mas nós temos um olhar sim de poder utilizar isso quitando dívidas futuras, que é, aliás, o que vimos fazendo com os procedimentos das licenças-prêmios do Município. Todos nós estamos utilizando esse recurso para quitar de forma, agora, mais barata, uma dívida que sabemos que teremos no futuro. Como nós já lidamos com o passivo que tínhamos disso, quitamos as últimas que ficaram de dívidas de gestões anteriores, nós que estamos agora no começo do ano, como nós inviabilizamos isso para a frente, quer dizer, para a frente não temos mais, as novas contratações não possuem mais isso, nós temos um bolo no meio disso, que está sendo trabalhado para que

conseguimos fazer essas quitações anteriores e diminuir, assim, o impacto sobre a receita do Município, permitindo que o Município, para frente, consiga uma sustentabilidade melhor. O SR. PRESIDENTE:- Fechamos esse bloco. No último bloco, temos inscritos os Vereadores Maria Leticia e Mauro Ignácio. Com a palavra a Vereadora Maria Leticia. A Sra. Maria Leticia:- Bom dia a todos, cumprimento o Secretário e a sua equipe. E eu trago a seguinte dúvida aqui: em fevereiro de 2020, Secretário, foi celebrado o contrato 628 do Município com a Fundação Estatal de Atenção à Saúde, a FEAS. A previsão era de quatro meses, com repasses de vinte e um milhões cento e setenta mil. Só que... Quatro meses, em fevereiro foi celebrado. Só que em março foi feito um aditivo. Em junho, outro aditivo. Em agosto, outro aditivo. Isso em 2020. O último aditivo foi em novembro. (K) Depois, em 2021, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, setembro, outubro, foram feitos novos aditivos, num total de doze aditivos. Então, antes de acabar o prazo, era feito um novo aditivo. E a pergunta que fazemos é: esse contrato que a Prefeitura tem com a FEAS, pelo que eu sei, é o segundo maior contrato em valor que a Prefeitura mantém; então, queria confirmar isso, ou não. Queria também saber sobre os critérios e quais as justificativas técnicas que a Secretaria de Finanças considera para que se façam novos aditivos, como foram aqui feitos. Não acabava o prazo, feito novo aditivo. Se existe isso de justificativa técnica ou se a torneira está aberta, eu vou pedindo, pedindo, pedindo, e a Secretaria vai liberando, liberando e liberando. Fica essa dúvida aqui. Para além disso, o total é de quatrocentos e treze milhões. Deve-se fechar o total desses aditivos no valor de quatrocentos e treze milhões duzentos e quarenta e nove mil, em fevereiro de 2023. Eu fico pensando: está previsto esse recurso? A Prefeitura tem previsão desse recurso? E de onde vem esse recurso? E, para além disso, se os valores não forem utilizados, eles são devolvidos pela Fundação? De que forma isso é feito? Porque no Portal da Transparência encontramos, de fato, o contrato, encontramos os aditivos, mas eles são incompletos, não conseguimos avaliar o conteúdo desses aditivos, nem da aplicação desse dinheiro. Então, aproveitando a presença hoje da Secretaria de Finanças aqui, eu gostaria de ter o entendimento, Sr. Secretário. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Vereador Mauro Ignácio, com a palavra. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente Serginho. Quero cumprimentar o Secretário e toda sua equipe, e dizer que o grande desafio do momento é o equilíbrio das finanças públicas. Isso no Governo Federal, nos Governos Estaduais e, naturalmente, nos Governos Municipais. E Curitiba tem sido referência desde 2017, quando, na gestão do Prefeito Rafael Greca, esta Casa apreciou o ajuste fiscal, aprovou o ajuste fiscal, e a Cidade veio evoluindo nas finanças, em obras, em pagamentos em dia, no serviço público, as dívidas pendentes também foram sanadas. Portanto, é importante dizer que Curitiba vem trilhando, a gestão do Prefeito Rafael Greca, um bom caminho nas finanças públicas. Então, são só palavras de elogio, cumprimento o Secretário e sua equipe. E continuemos assim, podemos superar mais desafios. Sabemos que o cobertor sempre é curto, mas as medidas enérgicas e medidas positivas também são necessárias para colocar Curitiba avançando sempre. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. Com a palavra o Secretário Cristiano Hotz. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Grato, Vereador Dalton Borba, pelas suas palavras. Nós temos realmente uma boa condução do Prefeito Rafael Greca. Desculpe, Vereador Mauro Ignácio. É que eu olhei ali e cometi um ato falho. Vereador Mauro Ignácio, muito agradecido. Temos uma boa condução do Prefeito Rafael Greca nesse questionamento, e mais uma vez ressaltando o auxílio que a Câmara nos deu para que isso fosse possível. Quero dizer que V.Exa. tem uma excelente atuação ali na região onde eu moro, no Abranches, e fico bastante feliz em ter V.Exa. como representante do nosso bairro. Muito agradecido. Vereadora Maria Leticia, ontem, a Secretária de Saúde, Beatriz Battistella, esteve presente aqui na Câmara, eu acho que ela foi suficientemente clara nessas questões em resposta ao FEAS. V.Exa. fez um pedido de abertura de CPI, vamos aguardar o Plenário, a decisão soberana do Plenário, para que possamos ter esses maiores esclarecimentos. Só ressalto que a

FEAS foi um instrumento espetacular para a ação do Município de Curitiba junto ao enfrentamento da pandemia. Nós tivemos as possibilidades... Pois não, Vereadora. A Sra. Maria Leticia:- O senhor pode concluir, eu vou fazer só uma consideração no final. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Pois não, pode fazer já, que daí eu já concluo. A Sra. Maria Leticia:- É que, assim, eu penso que nós não devemos esperar a CPI, porque o senhor pode responder essas questões que eu coloquei aqui. E, para além disso, a preocupação está também no Portal da Transparência, que não é suficientemente esclarecedor, faltam dados lá. Também oportunizo aqui um momento de solicitar que isso seja preenchido ou corrigido de alguma forma. Eu acho que a pessoa a responder, Sr. Secretário, é o senhor, e não esperar a CPI. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sim, como eu já disse a V.Exa., a Secretária Beatriz esteve aqui ontem, prestou os esclarecimentos necessários, e aguardamos a soberania do Plenário. Muito agradecido. O SR. PRESIDENTE:- Eu quero registrar a presença do irmão do nosso Vereador Hernani, o Sr. Washington Luiz, que é da Cidade de São Paulo e está visitando o Vereador Hernani e também este Legislativo no dia de hoje. Seja muito bem-vindo. Muito obrigado. Nós temos algumas perguntas ainda, formuladas pela população. Vereadora Indiara, por gentileza, a leitura. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Então, só para ressaltar que a audiência está aberta ao público, teve a possibilidade de envio de perguntas pelo site. Nós não recebemos, mas recebemos uma pergunta de uma pessoa que nos acompanha aqui, que é a Rejane Soldani Sobreiro, do Sigmuc, que perguntou: "Quando serão pagos os adicionais por tempo de serviço dos servidores da Guarda Municipal, contemplados pela Lei Complementar 191/2022?" Essa é a pergunta. O SR. PRESIDENTE:- De imediato, passo a palavra ao Secretário para que responda à pergunta, e depois já pode se encaminhar para as suas considerações finais. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereadora Indiara, respondendo ao questionamento da Rejane, os estudos estão sendo elaborados. Assim que tivermos a finalização desses estudos, sendo determinado o pagamento, eles serão feitos, os repasses serão feitos. Não temos por que, em havendo dinheiro, não fazer o pagamento. As considerações finais da minha parte, Vereador Sergio, é para cumprimentar mais uma vez V.Exa., a Vereadora Indiara, a Vereadora Josete, o Vereador Tito Zeglin, que estava conosco aqui, os Vereadores que fizeram os questionamentos, a Rejane, e ressaltar, mais uma vez, a força e a inteligência dos funcionários da Secretaria de Finanças, que fazem uma excelente administração, que nos auxiliam, auxiliam o Prefeito Rafael Greca na condução do orçamento e das finanças do Município de Curitiba. Quero dizer que me sinto profundamente honrado e gratificado por essa quadra de tempo que vivo em minha vida, em fazer parte dessa administração e frente à Secretaria de Finanças. Muito honrado também em comparecer aqui à Câmara, foi meu *début*, meu encontro pela primeira vez com V.Exas., a outra foi via on-line, e espero, nas próximas, também estar aqui presente. Grato, Vereador Serginho, meu grande amigo. E estou à disposição de V.Exas. no gabinete. Já combinei com a Vereadora Indiara, que já marcou conosco lá, a Vereadora Noemia também, uma reunião para tratarmos especificamente da LDO. Vereador Pier, um grande abraço, sucesso, tudo de bom. (Palmas). O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a presença do Secretário Dr. Cristiano Hotz e dos demais membros da Secretaria. O Dr. Cristiano, que representa hoje o Sr. Prefeito Rafael Greca nesta audiência pública. Agradecemos à Superintendente Executiva, Sra. Daniele Regina dos Santos; também ao Superintendente Fiscal, Sr. Mario Nakatani Junior; ao Sr. Carlos Eduardo Kukulj, do Departamento de Orçamento; ao Sr. Claudinei Nogueira, do Departamento de Contabilidade; ao Assessor do Secretário, Sr. Jaderson; ao Gerente de Orçamento, Sr. Márcio Heimowski; e ao Sr. Anderson Padovani, Assistente de Investimentos. Agradecemos as presenças. Também quero fazer o registro e agradecer a toda equipe da Câmara Municipal, agradecer à Aline, que fez uma apresentação muito transparente, com dados deste Legislativo; à Daniele, que é a Diretora das Comissões; ao Veli; ao Tiago Leão; ao Roberjan; ao Cainã; ao João Carlos, que compõem a assessoria da Comissão de Finanças desta Casa, e também aos estagiários. Agradeço aos Vereadores presentes, em especial os Vereadores da

Comissão de Economia: Indira Barbosa, Flávia Francischini, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes e Tito Zeglin. Quero agradecer também ao Presidente desta Casa, que nos concedeu esse tempo para que fizéssemos essa audiência em dois momentos. Era isso. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a Audiência Pública do primeiro quadrimestre de 2022. Bom dia a todos. Passo a palavra ao Presidente da Câmara para a continuidade dos trabalhos." Do que para constar, a presente Ata foi organizada por Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente

Indira Barbosa
Vice-presidente

Flavia Francischini
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro

Comissão de Economia: Indiara Barbosa, Flávia Francischini, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes e Tito Zeglin. Quero agradecer também ao Presidente desta Casa, que nos concedeu esse tempo para que fizéssemos essa audiência em dois momentos. Era isso. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a Audiência Pública do primeiro quadrimestre de 2022. Bom dia a todos. Passo a palavra ao Presidente da Câmara para a continuidade dos trabalhos.". Do que para constar, a presente Ata foi organizada por Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.



Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente



Indiara Barbosa
Vice-presidente

Flavia Francischini
Membro



Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro



João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro



Profª Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro